

A EDUCAÇÃO POPULAR: UMA POSSIBILIDADE DE EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO ¹

Daniela Pereira Neto de Queiroz²
Mestranda/UNINOVE

William Vinicius Pinto³
Mestrando/UNINOVE

Isabella Delcorso Cury de Mello⁴
Mestranda/UNINOVE

RESUMO

O presente trabalho, de caráter teórico, tem o objetivo de relacionar a Educação Popular (EP) e as problemáticas sociais, mostrando como a EP pode ser um meio de se superar questões de caráter social e que ainda expresse situações de desumanização, a fim de demonstrar possíveis meios na educação para a emancipação do sujeito, o munindo com conhecimentos que possibilitam enfrentar a desigualdade social de forma crítica. Cabe ressaltar que este estudo ainda não é um tema esgotado e, sendo assim, é necessário fazer um levantamento mais aprofundado, pois é um assunto de grande importância na área da educação e de responsabilidade social.

Palavras-chave: Educação popular (EP). Desigualdade social. Emancipação.

Introdução

Desafios são colocados à mesa, quando a questão social e a educação popular (EP) são interligadas, pois, é preciso mais pesquisas com esta proposta, na intenção de alcançar respostas que mudem esse quadro de desigualdade social e na educação. Este trabalho é uma reflexão acerca das problemáticas educacionais da classe popular e a questão social, buscando embasamento na literatura sobre a EP poder ser uma intervenção eficaz para o enfrentamento dessa questão. A intenção do trabalho, não é de forma alguma trazer o tema a sua exaustão, mas sim, contribuir para que mais pesquisadores possam refletir sobre essa temática, que é uma problemática a ser tratada com atenção, pois a questão social gera conflitos não somente no âmbito educacional, mas na vida do indivíduo como um todo, envolvendo questões sociais, culturais e econômicas, e como vários autores da literatura acreditam, a EP pode tratar a questão social, pois quando o sujeito começa a ler o mundo através dos seus olhos, esse é o primeiro passo para uma mudança de vida e escolha de seu lugar no mundo.

¹ As reflexões que permeiam o estudo são de caráter ensaístico, com recurso bibliográfico, e se trata de atividade de extensão.

² E-mail: danielapereiraneto@gmail.com

³ E-mail: will_vinicius@hotmail.com

⁴ E-mail: isabelladelcorso@gmail.com

Desta forma, se acredita que as desigualdades enfrentadas na atual sociedade capitalista necessitam ser superadas, visto que uma grande parcela da população passa por constantes situações e processos de desumanização. Tal superação pode ocorrer por meio de uma EP que visa a emancipação do homem, e o entende enquanto protagonista de sua história, pois compreende que o mesmo é constituído de sentidos e significados, transformador de suas ideias e de suas ações no mundo.

O campo da educação social é amplo e engloba a educação escolar e a não-escolar, a educação formal, a não formal e a informal. Segundo Gadotti (2012), existe uma diversidade de práticas educativas no campo da educação social, sendo algumas das possibilidades, educação cidadã, educação para o trabalho, educação para os direitos humanos, educação nas prisões, educação na cidade, educação política, dentre outras, estando todas diretamente interligadas através do compromisso ético-político com a sociedade em prol da construção de outro mundo possível.

(...) o criador da escola do povo, da escola popular, não em sentido puramente caritativo, senão com espírito social. A família é para ele, o núcleo primordial do qual surgem as demais instituições sociais. Mas a família não é suficiente como agente educador; necessita do complemento da escola e das demais instituições educacionais, que representam o meio vital social no qual cumpre educar a criança (LUZURIAGA, 1984, p. 175)

De acordo com Pinto (2017), os desígnios descritos nas diversas obras da teoria Freiriana, cabe destacar que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) torna clara a existência de contextos educativos realizados fora da comunidade escolar, onde ocorrem ações educativas que contribuem para emancipação dos sujeitos, principalmente, aqueles em situação de opressão, sendo essas ações articuladas, levando em consideração o legado trazido pela Pedagogia Social e, ou, Educação Popular, especificamente, a desenvolvida a partir de 1970, tomando por base a influência do educador Paulo Freire.

Segundo Silva (2007) as ações educativas enquanto fundamentos teóricos e metodológicos presentes na educação popular podem contribuir para o rompimento de uma sociedade marcada por processos de dominação e exclusão, nos diferentes contextos, tais como:

[...] educação social está indissociavelmente vinculado ao de exclusão [...]. É como uma resposta afirmativa e adequada que a educação social emerge no debate sobre: Que educação oferecer aos milhares de crianças, adolescentes e adultos excluídos da e na escola; do e no emprego; da e na terra; das e nas instituições sociais? Seriam os educadores formados por instituições regulares de ensino, dentro dos princípios, objetivos, conteúdos e métodos tradicionalmente direcionados aos incluídos, os mais preparados para educar os que experimentam as situações de exclusão social? (RIBEIRO, 2006, p. 160).

Segundo Freire (1979), o homem é indiferente à miséria do outro, não tendo empatia, para além de justificar que o ocorrido é algo predestinado, e que nada será capaz de o tirar destas condições. A opressão e a miséria não podem ser entendidas

como uma fatalidade, mas sim, um problema social que pode ser superado por meio da educação.

Mas, para tanto, é preciso uma educação humanizadora, que visa superar a naturalização de contradições sociais, os processos de alienação e os padrões dominantes da sociedade capitalista, para que assim seja alcançada uma libertação da sociedade e, conseqüentemente, dessas formas injustas e indignas de viver. Esta situação pode ser superada quando não se aplica uma *educação bancária*, mas sim uma educação dialógica, onde a realidade e a cultura do sujeito é valorizada (FREIRE, 1987).

Zanella (2011), que corrobora com a teoria Freiriana, destaca que a educação social é fundamentada nos ideais marxistas e tem como finalidade a superação das desigualdades sociais por meio de uma pedagogia centrada no desenvolvimento da autonomia, da emancipação de segmentos tais como: pessoa em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de drogadição, apenados, dentre outros.

Segundo Silva (2012), educação social e Pedagogia Social não são sinônimos, não são dicotômicas e nem mesmo contraditórias, apenas ocorrem em espaços e contextos distintos, sendo uma complementar à outra. Para o autor, há quatro campos de domínio nas discussões sobre a educação social no Brasil:

Domínio sociocultural tem como áreas de conhecimento as manifestações do espírito humano expressas por meio dos sentidos, tais como as artes, a cultura, a música, a dança e o esporte em suas múltiplas manifestações e modalidades[...]. Domínio sociopedagógico tem como áreas de conhecimento a Infância, Adolescência, Juventude e Terceira Idade. A intervenção sociopedagógica neste domínio tem como objetivo principal o desenvolvimento de habilidades e competências sociais que permitam às pessoas a ruptura e superação das condições de marginalidade, violência e pobreza que caracterizam sua exclusão social [...]. Domínio sociopolítico tem como áreas de conhecimento os processos sociais e políticos expressos, por exemplo, na forma de participação, protagonismo, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, geração de renda e gestão social [...]. Domínio epistemológico tem como áreas de concentração os processos inventivos e criativos originários do exercício das faculdades mentais humanas, notadamente a pesquisa, a ciência e a tecnologia enquanto meios para alargar a compreensão humana sobre os processos que o próprio ser humano desencadeia [...]. (SILVA, 2012, p. 155-178)

Iamamoto (2009), nos afirma que a “igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica”, é necessário dar instrumentos para os excluídos da sociedade ter acesso à educação para ao menos ter escolha para uma mudança de vida. E ainda segundo a autora as questões sociais são o:

[...]conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

A partir da afirmação da autora é possível concluir que as desigualdades sociais se dão por um processo conhecido desde Marx: a relação desarmoniosa entre capital e trabalho, e que muito dos problemas na vida de um indivíduo são gerados por sua condição social. Sobre isso, Paludo (2015) afirma que: “a educação nasceu juntamente com o ser social e constitui-se em elemento fundamental e mediação necessária ao processo de reprodução econômica e sociocultural”. Ou seja, segundo a literatura, a educação é uma intervenção eficaz para que se possa enfrentar as desigualdades em todos os âmbitos. Neste sentido encontra-se a definição de Libâneo:

Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando à formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (LIBÂNEO, 2001, p. 7).

Quando nos referimos à EP e à inclusão social, não há como não pensar nos preceitos educacionais de Paulo Freire, pois esses temas são indissociáveis da metodologia freiriana. Freire foi o percussor de uma educação transformadora e crítica, a qual valoriza o saber popular historicamente construídos pelo homem, e considera cada sujeito como protagonista de sua própria história, se contrapondo, assim, aos padrões dominantes da educação erudita. Freire e Nogueira (1993) nos dizem o que pensam sobre EP:

Entendo a educação popular como o esforço da mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em uma primeira definição, eu aprendo desse jeito (FREIRE E NOGUEIRA, 1993).

Maciel (2011) nos afirma que a EP é uma maneira para o sujeito historicamente excluído se emancipar e se libertar, que por meio desta educação que leva em consideração a história de vida do indivíduo, este pode se libertar da alienação que a sociedade de padrões hegemônicos impõe. A autora se baseia na pedagogia freiriana para sintetizar a EP, pois segundo ela “Freire revela uma defesa pedagógica baseada na atividade direta com as classes populares e na defesa de sua necessidade de emancipação social”.

A pedagogia freiriana é síntese da teorização implícita na prática de Educação Popular. Ela traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais contraditórias e de modelos mecanicistas de análise da realidade social e implantação de propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudança.

A partir da proposta freiriana, educadores e educadoras, grupos de movimentos sociais e escolas têm desenvolvido uma ação de Educação Popular. Os elementos defendidos por Freire configuram a teorização destas práticas. Elementos esquematizados e organizados a partir de considerações próprias e reinterpretação ou inovação de teorias existentes. Com práticas elaboradas na experiência do povo excluído, a

partir de diálogo experienciado na ação militante de libertação, Freire revela uma defesa pedagógica baseada na atividade direta com as classes populares e na defesa de sua necessidade de emancipação social (MACIEL, 2011).

Desta forma, objetivou analisar a relação entre a questão social e a EP, a fim de encontrar possíveis meios na educação para a emancipação do sujeito, o munido com conhecimentos que o possibilite enfrentar a desigualdade social.

Segundo Andrade (2015), a dignidade humana para a classe dominante não tem valor algum, tudo gira em torno do capital, pois “tudo é transformado em mercadoria, em poder de compra, e de venda, os opressores acreditam que tudo possui um preço, cada vez mais barato, inclusive a dignidade humana”. Ainda segundo o autor a única medida para tudo é o dinheiro, o que desqualifica o homem, e engradece o que é material, pois o “(...) dinheiro, na relação de opressão, é compreendido como a medida de todas as coisas, e o lucro a finalidade” (ANDRADE, 2015).

A Educação Popular (EP) como ferramenta na emancipação

Segundo Tadei (2012), podemos entender que EP é uma educação feita pelo povo, com o povo e para o povo, e é fruto das vivências dos sujeitos que tiveram experiências concretas ao longo da vida, e que essas experiências podem se configurar positivamente em sua comunidade por meio da EP. Nos afirma Silva (2016) que “a educação popular no contexto da questão social pode contribuir para, entre outros aspectos, unir perspectivas de análise e intervenção de caráter crítico”. Para a autora a EP é um meio de se dar uma maior atenção às desigualdades sociais e conseguir enfrentá-las. Ainda segundo a autora “é possível afirmar que a educação popular no Brasil está muito vinculada à práticas e experiências junto às classes populares, em espaços, muitas vezes não formais como fábricas, campo, igrejas, entre outros”, o que afirma o que Tadei (2012) acredita, que é do povo para o povo, pois como já foi dito, a EP é aquela que se concebe por meio da vivência e de experiências do indivíduo, dando o devido valor dele como sujeito e protagonista de sua história.

Brandão (2002) reflete sobre “quatro posturas visíveis quando se trata de refletirmos a respeito da educação popular”:

A primeira postura está relacionada à não legitimação da EP, como se fosse uma educação que não tem valor científico, primitiva, sem muito aprofundamento, apenas por se tratar de um saber não-hegemônico.

Sobre a segunda postura, o autor descreve que ela “está ligada à importância do viés cultural da educação popular”, que a EP tem um caráter mais social do que no sentido de educação propriamente dito.

Na terceira postura, Brandão explicita sobre a EP “como um fenômeno datado na história da educação”, onde Paulo Freire virou referência, construindo a EP com os projetos de alfabetização da EJA.

A quarta postura é que a EP não foi apenas uma experiência, mas um processo que ainda faz parte de todos nós (BRANDÃO, 2002, p.142). Brandão ainda considera que a EP não pode ser considerada:

[...] algo realizado como um acontecimento situado e datado, caracterizado por um esforço de ampliação do sentido do trabalho

pedagógico a novas dimensões culturais, e a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida – e – volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo” (BRANDÃO, 2002, pp.141-142).

Desta forma, a EP é uma forma de educação que considera o momento histórico, as culturas, as contradições sociais vividas pelo povo, com a intenção de fazer os indivíduos das classes populares protagonistas de suas vidas, adquirindo um olhar crítico sobre o seu lugar no mundo, isso é o que a difere da educação dominante e hegemônica, tida como correta, que é pautada em um currículo de caráter erudito e eurocêntrico, não levando em consideração as diferenças de cada público que terá acesso a esse conteúdo.

Autores como Silva, (2007), acreditam que o currículo pode ser uma forma de dominação e alienação, assim, a educação quando não contextualizada, não desenvolve o senso crítico do aluno, não revelando a ele a sua realidade com outros olhos e a problematizando-a, mas apenas inserindo conteúdo sem significados ao discente.

[...] no âmbito escolar, o currículo pode constituir-se como o principal mecanismo de manipulação e alienação das massas. Isso através do estabelecimento de conhecimentos, competências, comportamentos e valores que, representando uma única visão de mundo e da legitimação de seu poder perante as classes subalternas (SILVA, 2007).

Há de se ponderar a importância de valorizar os conhecimentos tradicionais na escola (KOVALSKI & OBARA 2013), deve ser dada a devida importância ao conhecimento empírico trazidos dos estudantes. Segundo Paulo Freire (1996) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. É importante essa troca de saberes, respeitando e dando o valor ao conhecimento do aluno e assim construindo juntos, discente e docente, algo novo. Por esse motivo, muitos autores acreditam que há necessidade de criar uma educação contextualizada e não bancária, como diria Freire (1987), mas ainda é encontrado esse tipo de educação que não contextualiza os problemas cotidianos do aluno e que tem o professor como mero transmissor de conteúdo (MUENCHEN, 2011; DELIZOICOV, et al. 2011), em vez de ser uma troca entre professor e aluno, pois ninguém é vazio de conhecimento, todos, independentemente da sua idade ou classe social, têm saberes que podem ser um diferencial na hora da aprendizagem, assim, a partir desses saberes trazer o cotidiano do aluno para a sala de aula, transformando o discente em um estudante crítico e dessa maneira, emancipado.

Torna-se importante salientar que os temas devem propiciar, segundo Muenchen (2011) e Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011), significado aos educandos, podendo, deste modo, estar atrelados as demandas sociais, culturais e econômicas da localidade destes. Isso porque, de acordo com Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011), temas associados com o contexto social, econômico e cultural

vivenciados pelos alunos podem contribuir para despertar o interesse destes em buscar novos conhecimentos e ampliar os já existentes. (PANIZ, 2015)

A Abordagem temática: Conteúdos significativos geram pensamento crítico

Sob esse enfoque, as escolhas dos conteúdos das aulas são realizadas a partir de assuntos identificados na realidade do discente, por este motivo Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2011), nomearam essa dinâmica de *abordagem temática*. Quando se faz a investigação para a seleção dos temas, se leva em consideração as situações que têm significado e são vivenciadas pelo estudante, abordar assuntos que fazem parte da sua vida social, cultural, econômica, de modo a abranger temas que refletem situações de desumanização e injustiça que o aluno vem a sofrer, desta maneira, o fazendo refletir e tomar consciência de forma crítica sobre tal situação, pois apenas tomando consciência de sua condição é possível se posicionar para uma mudança de vida (FURLAN et al, 2011, p.3). Cada situação da vida investigada do cotidiano do discente irá estabelecer uma situação problema que podemos denominar temas geradores.

O tema gerador gerará um conteúdo programático a ser estudado e debatido, não só como um conteúdo insípido e através do qual se pretende iniciar o aluno ao raciocínio científico; não um conteúdo determinado a partir da ordenação dos livros textos e dos programas oficiais, mas como um dos instrumentos que tornam possível ao aluno uma compreensão do seu meio natural e social (Delizoicov, 1982, p. 11).

Os temas geradores farão a ligação entre a vida cotidiana do aluno com o conteúdo a ser abordado na disciplina, desta maneira, trazendo sentido real ao assunto tratado, não sendo apenas um tema a ser decorado, mas sim, resolvendo problemáticas reais, o que incentiva o senso crítico do aluno, o levando ao caminho da emancipação.

[...] a educação libertadora tem, como pressuposto, o questionamento radical das relações dos homens entre si e deles com o mundo em que vivem, criando oportunidades para um processo de desvelamento do mundo tendo como objetivo último a transformação social, entendendo que a educação não é a garantia das transformações sociais, mas que as transformações são impossíveis sem ela, sem uma visão crítica da realidade (TOZONI, 2006).

A partir da visão freiriana da autora acima, é possível perceber que quando um aluno aprende segundo a sua própria perspectiva de mundo, esse fato pode se reverter em transformação social, não sendo garantida esta transformação, mas sendo impossível uma transformação de consciência e emancipação sem a visão crítica do mundo em que ele vive. Por isso os temas geradores são importantes nesse processo, pois eles trazem a bagagem que o aluno tem de mundo para dentro da sala de aula e o faz problematizar os assuntos ocorridos em sua comunidade.

Os temas geradores foram inicialmente utilizados por Freire (1985), com os jovens e adultos na alfabetização, para o autor, não fazia sentido o indivíduo saber ler palavras se ainda não conseguiu ler seu próprio mundo, num sentido social e político: "a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica sempre a continuidade

da leitura daquele", por este motivo Freire criou círculos de cultura e captava temas geradores, para que houvesse antes da alfabetização do aluno uma visão lúcida de sua própria realidade.

Com essa dinâmica, Delizoicov (1982,1983) teve a intenção de trazer a didática de Paulo Freire para o meio formal de educação, que pode ser assim entendida:

Problematização Inicial: Neste momento é apresentado ao aluno questões do seu cotidiano que tenham relação com o tema que está sendo abordado na disciplina, e os alunos expõem suas concepções sobre tal problemática, deste modo o professor conhece os discentes e o modo como eles pensam.

Organização do conhecimento: Neste momento o professor que já colheu dados sobre o que os alunos sabem previamente sobre o tema a ser estudado, começa a aplicar o conteúdo da disciplina com base no que os alunos sabem, assim, o munido de ferramentas necessárias para ele entender o tema da problematização.

Aplicação do Conhecimento: Neste momento o professor que já colheu informações prévias do aluno, já fez a conexão do seu cotidiano com o tema a ser abordado, e agora vai abordar a matéria a fundo, e neste momento, o aluno que já está com um olhar crítico sobre o tema, consegue compreender não apenas o tema que foi incitado inicialmente, mas também agora consegue conectar com outras questões, compreendendo de forma mais significativa a disciplina num todo.

A abordagem temática freiriana, pode ser uma alternativa na EP. Esta abordagem é uma dinâmica que possibilita a execução de ações pedagógicas, por meio de temas geradores que são baseados nas problemáticas vividas no cotidiano do sujeito. Após a sistematização dos temas geradores, são organizados os *Momentos* pedagógicos: Problematização Inicial; Organização do Conhecimento e Aplicação do Conhecimento (DELIZOICOV et al, 2011). Esta é uma aplicação dialógica, em que a cultura e o conhecimento do sujeito são respeitados, o que possibilita que o mesmo supere a desigualdade social, pois desenvolve o pensamento crítico, o que o faz se tornar consciente de suas condições, e assim viabiliza a tomada de decisão consciente, tornando-o protagonista de sua própria história, ou seja, um sujeito emancipado.

Conclusão

Há que ponderar a importância e relevância social de se almejar uma educação que vise proporcionar a emancipação dos sujeitos com o fim de se superar a desigualdade social vivida, onde o capital tem mais importância que o sujeito, e tudo se resume a lucro. A EP é uma abordagem educativa que vem possibilitar uma releitura de mundo por parte do educando justamente a partir de sua emancipação e tomada de decisão consciente, não tendo que se submeter a um processo educativo pautado nos preceitos tradicionais dominantes, pois nesta dinâmica educativa se respeita suas culturas, sua regionalidade, e seus conhecimentos historicamente construídos.

Dessa forma, a EP pode ser compreendida como instrumento de enfrentarmos a desigualdade social no sentido de se formar indivíduos emancipados de acordo com sua realidade, podendo assim ter escolha sobre seu lugar no mundo. Contudo, deixamos claro que esse trabalho inicial de pesquisa não se relaciona com considerações finais, devendo

ser visto como análise preliminar de um recorte sobre o tema em tela que deve sempre estar aberto para outras interferências, inferências, implicações, pressuposições, suspeitas, hipóteses, deduções, entre outras, intromissões, perturbações e até mesmo distorções que possam corroborar para a melhoria e, ou, aprimoramento da educação popular no fortalecimento de ações de possibilitem a emancipação dos sujeitos.

Referências

ANDRADE, Marcelo Silva De. **A Relação De Humanização E Desumanização Em Paulo Freire: Perspectivas Para Uma Proposta De Educação**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, 2015

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

DELIZOICOV, Demétrio. Ensino de Física e a Concepção Freiriana de Educação. Revista de Ensino de Física, São Paulo, vol. 5, n.2. Dez. 1983.

_____**ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria (2011). Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. – 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____**Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____**Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____**A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

_____**NOGUEIRA, Adriano. Que fazer teoria e prática em educação popular**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FURLAN, Angélica Bellodi Sant Ana. et. al. **Abordagem temática no currículo de ciências: a perspectiva ético-crítica na concepção de lixo como condição humana**. VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), Campinas/ São Paulo, 2011.

GADOTTI, M. **Educação Popular, Educação social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico, (2012).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A Questão Social no Capitalismo**. IN: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, (Jan/Jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflini, 2001

_____. **O Serviço Social na Cena Contemporânea**. IN: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

KOVALSKI, Mara Luciane e OBARA, Ana Tiyomi **O estudo da etnobotânica das plantas medicinais na escola**. *Ciênc. educ. (Bauru)*, 2013, vol.19, no.4, p.911-927. ISSN 1516-7313

LIBÂNEO, J. C. (2001). **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. *Educar*, 17, 153-176.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Nacional, 15 ed. 1984. 292p.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jun./dez. 2011.

MUENCHEN, Cristiane.; DELIZOICOV, Demétrio. **Os três momentos pedagógicos e o contexto de produção do livro de física**. XIX Simpósio Nacional de Ensino de Física – SNEF 2011 – Manaus, AM.

PALUDO, Conceição. **Educação popular como resistência e emancipação humana**. *Cadernos CEDES*, v. 35, p. 219-238, 2015.

PANIZ, Catiane Mazocco; FERREIRA, Marinês; NIEMEYER, Jiane; MUENCHEN, Cristiane. **Abordagem Temática Freireana e a dinâmica dos Três Momentos Pedagógicos: uma reflexão sobre os trabalhos dos ENPECs**. X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC, 2015.

PINTO, William Vinicius. **A pertinência do pedagogo na ação socioeducativa**. *Revista Pedagogia Social UFF*, [S.l.], v. 3, n. 1, june 2017.

RIBEIRO, M. **Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006.

SILVA, Antônio F. G. da. **A busca do tema gerador na práxis da educação popular**. – Livro 1 da Série: Metodologia e Sistematização de Experiências Coletivas Populares. *Gráfica Popular*: Curitiba, 2007.

SILVA, Daniela Quadros da **A Educação Popular Como Estratégia De Enfrentamento Da Questão Social**. Reunião Científica Regional da ANPED, 2016.

SILVA, R. da. **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão & Arte, 2012.

SILVA, Lucélia Maria. **Os fundamentos psicopedagógicos e a socioeducação: contribuições para o atendimento**. *Revista Pedagogia Social UFF*, [S.l.], v. 4, n. 2, oct. 2007.

TADDEI–UFPEL, Paulo Eduardo Dias. **A Educação Popular como um instrumento de resistência contra a exploração capitalista**. IX ANPED Sul, 2012.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Temas ambientais como “temas geradores”:** contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Educar, Curitiba: Ed. UFPR, n. 27, p. 93-110, 2006.

ZANELLA, M. N. **Bases teóricas da socioeducação: análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei.** Dissertação de Mestrado Não-Publicada. Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, (2011).

THE POPULAR EDUCATION: AN EMANCIPATION POSSIBILITY OF THE SUBJECT

ABSTRACT

The present work, of a theoretical nature, aims to relate the Popular Education (PE) and social problems, showing how PE can be a way to overcome social issues that still express situations of dehumanization, in order to demonstrate possible means in education for the emancipation of a subject, providing it with knowledge that makes it possible to face social inequality. It should be emphasized that this work is not yet an exhausted topic, furthermore, it is necessary to make a more detailed survey, since it is a subject of great importance in the area of education and social responsibility.

Key words: Popular Education. Emancipation. Social Inequality.

**Enviado em 11/2017.
Aceito em 01/2018.**